



Ruínas afloradas, a paradoxal história da Cidade Científica de Humboldt na floresta amazônica

Ruinas afloradas: la paradójica historia de la Ciudad Científica de Humboldt en la selva amazónica

Simpósio E6_04 - Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades

Amora de Andrade Machado
Universidade de Brasília, Brasil
amora.b.andrade@gmail.com

Ricardo Trevisan
Universidade de Brasília, Brasil
prof.trevisan@gmail.com

Resumo: A imagem de uma casa em madeira sobre pilotis, abandonada em meio à arbustos e árvores, pode nos revelar a saga de uma história única de nossa urbanização. Esta pequena construção, uma das poucas ruínas ainda resistentes às intempéries climáticas locais, remete à peculiar experiência da Cidade Científica de Humboldt, erguida durante a Ditadura Militar, entre 1972 e 1975, em plena floresta amazônica mato-grossense, nas imediações da Cachoeira de Dardanelos. O pequeno núcleo urbano foi planejado no contexto dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, mais precisamente atrelado ao projeto especial Polamazônia, um programa governamental destinado ao desenvolvimento e integração das regiões centro-norte do país. Idealizada como uma resposta às pressões internacionais por sustentabilidade no início dos anos 1970, a Cidade Científica surgiu com a função de abrigar pesquisadores e pesquisas sobre formas mais sustentáveis de ocupação e exploração dos recursos naturais da Amazônia. Contudo, a cidade teve uma vida breve, sendo extinta à medida que os interesses político e econômico priorizavam outras ações na região como a exploração mineral, as atividades madeireiras e a construção de uma usina hidrelétrica. Assim, este episódio revela o paradoxo entre o projeto de uma ocupação sustentável da Amazônia e o modelo desenvolvimentista defendido pelos militares à época – um conflito entre o discurso de preservação ambiental e progresso econômico. O artigo,

além de apresentar o estudo de caso em tela, busca problematizar essa utopia urbana à luz de autores e bibliografias que auxiliem outras interpretações para além de análises descritivas. Com base em fontes primárias, orais, videodocumentários, reportagens e imagens antigas e atuais, dialogaremos com os trabalhos de Hayden White (historiografia), André Corboz (território), Peter Burke (iconografia), assim como Bertha Becker (urbanização amazônica) e Anna Tsing (homem, natureza e ruínas). Em suma, o artigo visa evidenciar como questões inovadoras de sustentabilidade e preservação ambiental já se faziam presentes nos anos 1970, porém sucumbiram frente às demandas do capitalismo produtivista e de interesses econômicos globais.

Palavras-chave: utopia; sustentabilidade; planejamento urbano-regional; Amazônia; ruína.

Resumen: *La imagen de una casa de madera sobre pilotes, abandonada entre arbustos y árboles, puede revelarnos la saga de una historia singular de nuestra urbanización. Esta pequeña construcción, una de las pocas ruinas que aún resisten a las inclemencias climáticas locales, remite a la peculiar experiencia de la Ciudad Científica de Humboldt, erigida durante la Dictadura Militar, entre 1972 y 1975, en plena selva amazónica de Mato Grosso, en las inmediaciones de la Cascada de Dardanelos. El pequeño núcleo urbano fue planificado en el contexto del I y II Planes Nacionales de Desarrollo, más precisamente vinculado al proyecto especial Polamazônia, un programa gubernamental destinado al desarrollo e integración de las regiones centro-norte del país. Concebida como una respuesta a las presiones internacionales por sostenibilidad a inicios de los años setenta, la Ciudad Científica surgió con la función de albergar investigadores e investigaciones sobre formas más sostenibles de ocupación y explotación de los recursos naturales de la Amazonía. No obstante, la ciudad tuvo una vida breve, siendo extinguida a medida que los intereses políticos y económicos priorizaban otras acciones en la región, como la explotación minera, la actividad maderera y la construcción de una central hidroeléctrica. De este modo, este episodio revela la paradoja entre el proyecto de una ocupación sostenible de la Amazonía y el modelo desarrollista defendido por los militares de la época: un conflicto entre el discurso de preservación ambiental y el progreso económico. El artículo, además de presentar el estudio de caso, busca problematizar esta utopía urbana a la luz de autores y bibliografías que permitan otras interpretaciones más allá de los análisis meramente descriptivos. Con base en fuentes primarias, orales, videodocumentales, reportajes e imágenes antiguas y actuales, dialogaremos con los trabajos de Hayden White (historiografía), André Corboz (territorio), Peter Burke (iconografía), así como Bertha Becker (urbanización amazónica) y Anna Tsing (hombre, naturaleza y ruinas). En suma, el artículo pretende evidenciar cómo cuestiones innovadoras de sostenibilidad y preservación ambiental ya estaban presentes en los años setenta, pero sucumbieron frente a las demandas del capitalismo productivista y a los intereses económicos globales.*

Palabras-clave: utopía; sostenibilidad; planificación urbana-regional; Amazonía; ruina.

Introdução

Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.

Fotografei o sobre.

Foi difícil fotografar o sobre.

(...).

O fotógrafo, Manoel de Barros, 2000

Erguida entre 1972 e 1975, em plena Amazônia mato-grossense, a Cidade Científica de Humboldt (Figura 1) constitui um episódio singular da história da urbanização brasileira sob a Ditadura Militar. Planejada no contexto dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento e vinculada ao Programa Polamazônia, a chamada “Cidade Laboratório” foi concebida como uma resposta às pressões internacionais por sustentabilidade e preservação ambiental que se intensificaram no início da década de 1970. Idealizada para abrigar pesquisas sobre formas sustentáveis de ocupação e uso dos recursos amazônicos, Humboldt simbolizava, em teoria, um esforço de conciliar desenvolvimento e conservação. Contudo, sua existência foi breve: o projeto sucumbiu diante da priorização de empreendimentos minerários, madeireiros e hidrelétricos, refletindo o predomínio do modelo desenvolvimentista que marcava a política territorial do regime militar (1964-1985).



Figura 01: Vista da Cidade Científica de Humboldt, ao lado da Cachoeira Dardanelos, em 1974.

Fonte: Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p. 30.

O fracasso de Humboldt ilustra o paradoxo constitutivo da chamada *Utopia Autoritária Brasileira*, na qual o discurso nacionalista de soberania, sintetizado no lema “Integrar para não entregar”, convivia com tentativas de inserção do país no cenário econômico global (Trevisan, 2024), com práticas de subordinação ao capital estrangeiro e com uma retórica que classificava a Amazônia como “vazio demográfico” e “área de conquista”. A suposta missão de integração nacional mascarava a apropriação produtivista da floresta e a invisibilização de populações indígenas e comunidades tradicionais, legitimando um processo de devastação que logo relegou a cidade científica ao esquecimento. O abandono do projeto, noticiado à época como “vencido pelos interesses estrangeiros e por grupos empenhados na devastação das florestas” (Borba, 1975,

p. 6), revela as contradições entre a retórica de sustentabilidade e a lógica extrativista que permeava as políticas de desenvolvimento da região.

Localizada a cerca de 800 km de Cuiabá (Figura 2), Humboldt integrou o conjunto de projetos voltados à interiorização do território e à ocupação da Amazônia por meio da criação de novas cidades. Fruto do Projeto Aripuanã-Humboldt, inserido no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o empreendimento se vinculava diretamente às diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND: 1972-1974 e II PND: 1975-1979), implementados pelos governos Médici e Geisel. Especificamente, o Projeto Aripuanã-Humboldt foi lançado em 1972, sob a coordenação do economista e ambientalista Pedro Paulo Lomba, e propunha a criação de uma cidade científica dedicada a pesquisas sobre a Amazônia. Sua intenção era “criar um modelo de desenvolvimento adaptado às condições amazônicas, uma nova forma de conquista dos trópicos que permitisse uma vida harmoniosa com o meio ambiente” (Becker, 2015, p. 110).

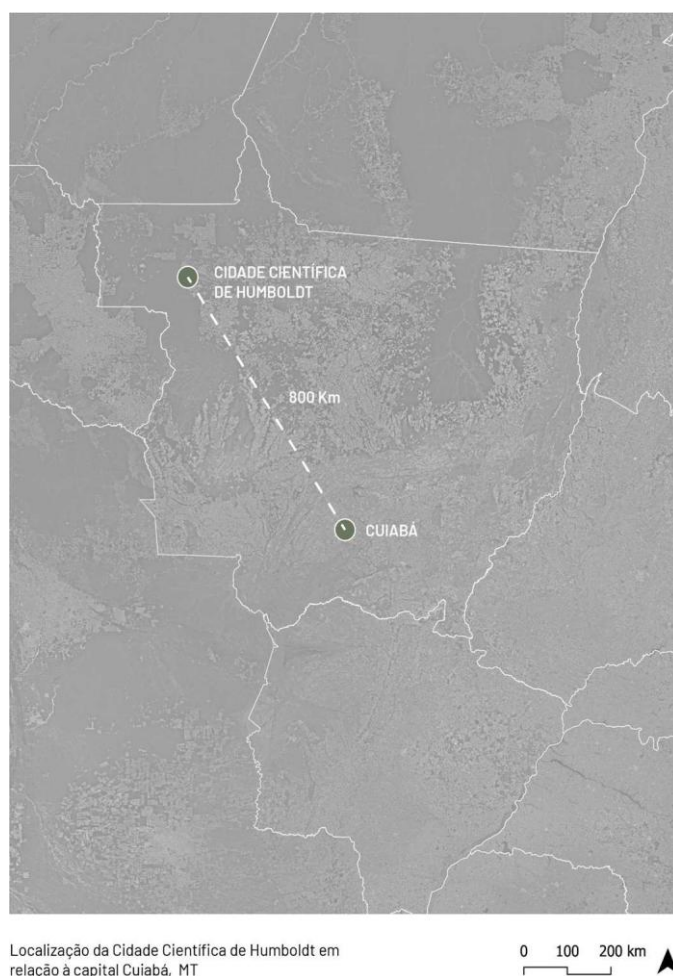


Figura 02: Relação da localização da Cidade Científica de Humboldt com a capital do estado - Cuiabá.
Fonte: Autora, 2025.

O pequeno núcleo foi concebido e implantado na floresta como uma cidade-laboratório, composto por um programa de necessidades direcionado às atividades de investigação (Figura 3). Previu-se a construção de um aeroporto para conexão com outras localidades, de uma serraria destinada ao aproveitamento da madeira local para construção das edificações e de uma estação de rádio para comunicação. Também se projetaram áreas voltadas à pesquisa, compostas por laboratórios e campos experimentais destinados ao estudo da adaptabilidade de cultivos às condições ambientais

regionais, além de equipamentos urbanos de apoio à comunidade residente, como escola, hospital e espaços de lazer e esporte. Entretanto, conforme se observa na Figura 1, grande parte dessas infraestruturas permaneceu apenas no plano das intenções projetuais, não chegando a ser efetivamente concretizada.

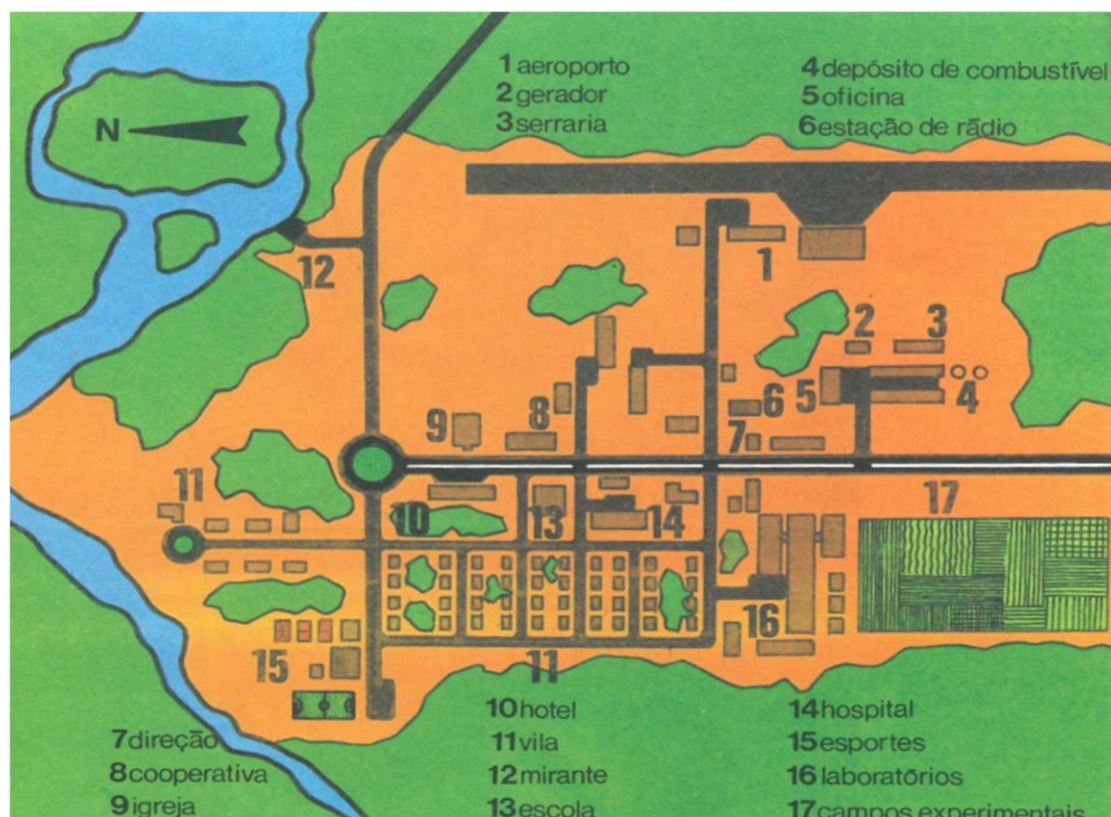


Figura 03: Planta esquemática da Cidade Científica de Humboldt e sua setorização funcional. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p. 30.

A iniciativa articulava um experimento colonizador a medidas mitigadoras da exploração indiscriminada dos recursos naturais, buscando legitimar a expansão territorial por meio de uma retórica científica e ambiental. Contudo, o projeto também refletia as tensões geopolíticas e ideológicas de seu tempo: a Guerra Fria, a polarização entre blocos capitalista e comunista e as pressões internacionais por responsabilidade ambiental. Em 1971, por exemplo, o Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera, que reunido em Paris, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, indica que a exploração dos recursos naturais da América Latina deve ser objeto de intensa investigação científica e tecnológica. Um ano depois, em junho de 1972, essa pauta é retomada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo¹, na qual o governo brasileiro foi alvo de inúmeras críticas sobre a forma de exploração indiscriminada da Amazônia. A Cidade Científica de Humboldt surge, portanto, “como uma resposta adequada à constante preocupação de conjugar-se desenvolvimento econômico com preservação e melhoria do meio-ambiente” (IBGE, 1973, p. 77).

¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, foi a primeira conferência global a tratar do meio ambiente como uma questão prioritária, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e na Declaração de Estocolmo, que estabeleceu princípios para a preservação ambiental.

Como observou Furtado (1978), emergia nesse período uma consciência crítica global em torno dos limites do crescimento e da necessidade de repensar o modelo civilizatório baseado na acumulação. No entanto, no contexto brasileiro, tais discursos foram incorporados seletivamente, convertendo-se em instrumentos de legitimação da política desenvolvimentista. Assim, a Cidade Científica de Humboldt surgiu como tentativa de conciliar os anseios de modernização e soberania nacional com a crescente pressão internacional por preservação ambiental – um equilíbrio que, na prática, mostrou-se inviável.

A imagem de uma casa-palafita de madeira (Figura 4) – uma das poucas ruínas remanescentes de Humboldt – condensa a materialidade dessa utopia interrompida e convida à reflexão sobre a dialética entre ruína e projeto, natureza e urbano, modernidade e colapso. Tal captura, possível a partir da sobreposição de dados do “Relatório de Vistoria Técnica da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso” e de plataformas instrumentais como *Google Street View*, possibilitou encontrar e visualizar o estágio atual de conservação da histórica edificação. Visivelmente instável por ação do tempo e respectiva falta de manutenção, essa ruína corresponde ao que restou da Cidade Científica de Humboldt, cuja pedra fundamental – um tronco de árvore cortado – simboliza o gesto inaugural e destrutivo de sua fundação (Figura 5).

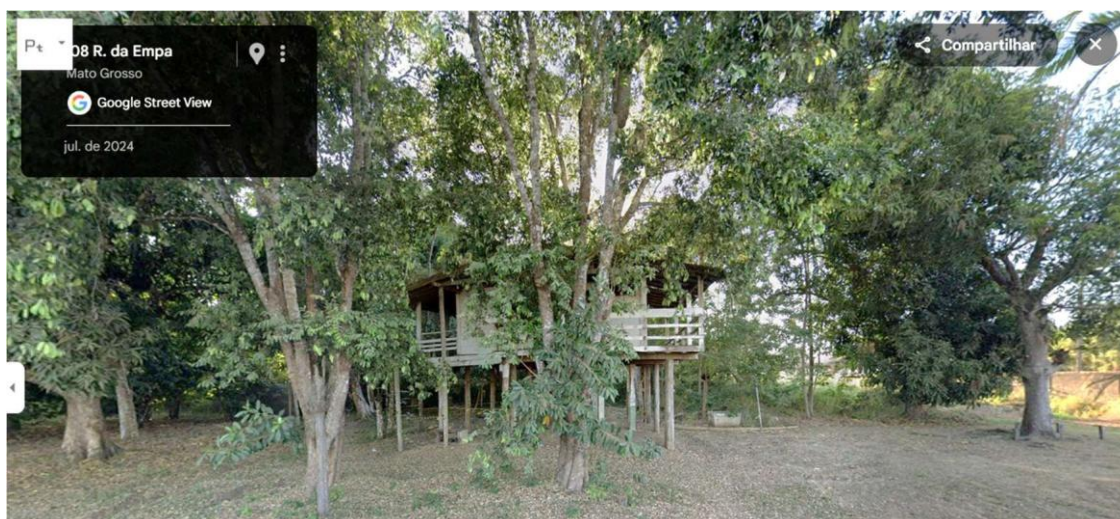


Figura 04: Remanescente edifício da Cidade Científica, julho de 2024. Fonte: *Google Street View*.



Figura 05: A pedra fundamental da Cidade Científica de Humboldt (em primeiro plano) com edificação, hoje arruinada, ao fundo. Fonte: *Revista Manchete*, n. 1, 147, 13 de abril de 1974.

A leitura da edificação remanescente, resguardada pela pedra fundamental e isolada em meio ao campo aberto de vegetação suprimida, exige compreender os discursos que a constituíram. Esses discursos operavam em múltiplas escalas: nas diretrizes internacionais de desenvolvimento, nas formulações políticas do Estado brasileiro e nas narrativas midiáticas que, durante a Ditadura Militar, projetavam a Amazônia como fronteira do progresso. Nesse entrecruzamento de camadas, a concepção de André Corboz (2001) acerca do território como “palimpsesto” oferece um instrumental fecundo: ao “raspar” as inscrições históricas sobre o espaço, revelam-se as permanências e rupturas que configuram a experiência amazônica como campo de disputa simbólica e material.

A análise proposta parte também do reconhecimento, em consonância com Hayden White (1992), de que toda escrita da história é uma operação narrativa, uma construção situada que articula escolhas e silenciamentos. Assim, este estudo não busca apenas reconstituir a cronologia de Humboldt, mas investigar os modos como o projeto foi concebido, representado e, posteriormente, esquecido. Inspirado nas proposições de Mortimer e Costa (2025, p. 163), o trabalho propõe “deslocar e desaprender” as narrativas lineares do desenvolvimento, articulando fragmentos, como: documentos oficiais, registros iconográficos, relatos orais e vestígios materiais, em uma (re)construção crítica da memória de Humboldt.

Ao revisitar essa cidade científica efêmera, o artigo propõe situá-la no horizonte do Capitaloceno², interpretando-a como expressão das contradições do capitalismo global e de seu próprio processo de autodestruição. Nesse sentido, dialoga-se com Anna Tsing (2019), para quem o capitalismo produz incessantemente as ruínas sobre as quais novas formas de vida podem emergir. A ruína de Humboldt, assim, não é apenas o testemunho de um projeto interrompido, mas um espaço de reflexão sobre as formas de coexistência entre o humano e o não humano, entre o urbano e a floresta.

Assim, o estudo combina análise documental e cartográfica, investigação iconográfica e observação empírica indireta por meio de tecnologias digitais de mapeamento, de modo a revelar, no entrelaçamento entre arquivo e território, as camadas que compõem o imaginário desenvolvimentista brasileiro. Mais do que reconstituir uma cidade desaparecida, o trabalho propõe compreender a Cidade Científica de Humboldt não apenas como um projeto extinto, mas como um lugar de memória e de reflexão sobre o imaginário da modernização na Amazônia.

Estruturalmente, o artigo organiza-se por uma tríade de narrativas distintas e complementares, além da Introdução e das Considerações Finais: a narrativa oficial, gerida pelo Estado; a narrativa midiática, responsável pela difusão e crítica ao empreendimento; e a narrativa histórica, a partir de uma interpretação dos fatos ocorridos à luz de autores referenciais.

Narrativa oficial: a Cidade Científica em “pele de cordeiro”

A política de integração da Amazônia constitui um dos eixos centrais da construção do território brasileiro ao longo do século XX. A despeito de seu aparente isolamento geográfico e da retórica de “vazio demográfico” que a acompanhou (Figura 6), a região amazônica sempre esteve no

² O termo Capitaloceno foi cunhado em 2009 por Andreas Malm (1976-), professor de Ecologia Humana na Universidade de Lund (Suécia), como contraponto crítico ao conceito de Antropoceno – originalmente proposto pelo biólogo norte-americano Eugene F. Stoermer, na década de 1980, e posteriormente difundido pelo químico holandês Paul Crutzen, em 2000. A noção de Capitaloceno desloca o foco da responsabilidade ambiental da humanidade em geral para o sistema capitalista e suas dinâmicas de expansão, identificando nele o principal agente da atual crise socioecológica.

horizonte estratégico do Estado brasileiro, tanto por seu potencial econômico quanto por sua relevância geopolítica. Desde as primeiras décadas do século passado, a presença estatal manifestou-se por meio de políticas de exploração de recursos naturais, ocupação territorial e incorporação administrativa, configurando um processo que culminaria, durante o regime militar, na formulação de um projeto sistemático de integração nacional. O lema “Amazônia, integrar para não entregar”, proferido pelo presidente-general Humberto Castello Branco (1964-1967), sintetizou de modo eloquente essa concepção: integrar o território amazônico à economia nacional seria condição indispensável para garantir a soberania e o progresso do país.

As origens desse projeto remontam ao ciclo econômico da borracha (1879-1912), período em que a extração do látex inseriu a Amazônia no circuito mundial do capital, conferindo-lhe temporário protagonismo na economia brasileira. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas retomou o interesse pelo interior do país ao instituir a política da “Marcha para o Oeste” (1938), cujo objetivo era promover a ocupação das regiões até então consideradas marginais à dinâmica econômica nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, os “Acordos de Washington” (1942) reafirmaram a importância estratégica da Amazônia ao assegurar a exportação de borracha brasileira aos aliados, convertendo a floresta em ativo geopolítico. Nesse mesmo contexto, o governo criou, em 1943, a Fundação Brasil Central (FBC) e patrocinou a Expedição Roncador-Xingú, liderada pelos irmãos Villas-Bôas, destinada a explorar, cartografar e ocupar o interior do território centro-norte brasileiro (Figura 7). No mesmo ano, foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, reforçando a presença da União nas fronteiras setentrionais e ocidentais do país.

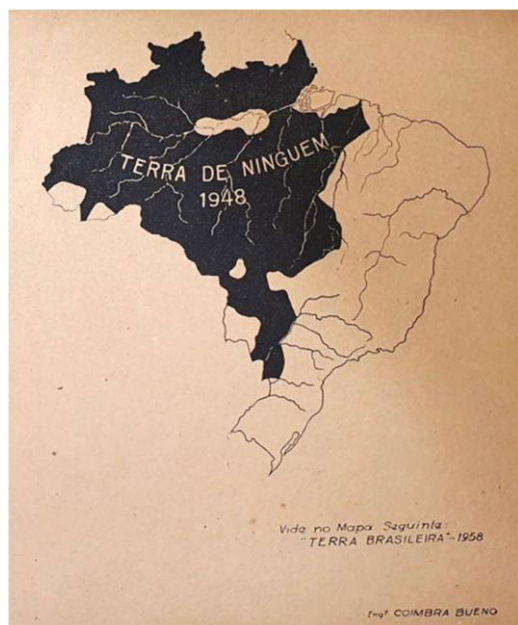


Figura 06: Mapa “Terra Brasileira”, 1958, da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (1939). Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, LUPA-FAU/UnB, 2025.

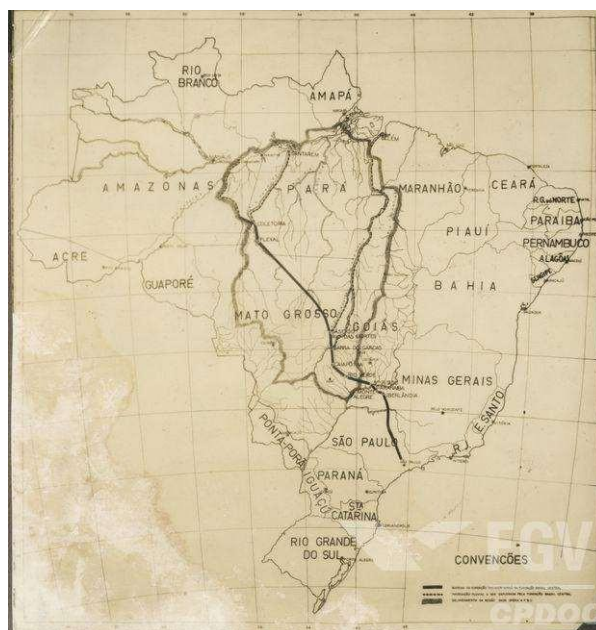


Figura 07: Delimitação da área mapeada pela Expedição Roncador Xingú, anos 1940. Fonte: CPDOC/FGV.

Já na década de 1950, consolida-se uma política estatal de planejamento regional voltada especificamente à Amazônia. Em 1953, foi instituída a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e delimitada oficialmente a “Amazônia Legal”, marco jurídico-administrativo que definiu o escopo da intervenção governamental sobre o território. Essa política

de valorização se articulou, nos anos seguintes, a outras iniciativas de integração territorial, como a transferência da capital federal para Brasília (1960) e a abertura de grandes eixos rodoviários, entre eles a BR-153 (Belém-Brasília, 1958-1974) e a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho, 1961-1984), que simbolizavam a integração física e econômica da Amazônia ao restante do país.

Com o golpe civil-militar de 1964, a região amazônica adquiriu centralidade inédita na agenda nacional. A floresta, antes concebida como espaço natural ou reserva de recursos, passou a ser reinterpretada como fronteira econômica e geopolítica, cuja incorporação efetiva representava tanto uma exigência estratégica quanto um imperativo ideológico. Em seus discursos oficiais, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) enfatizava que tais iniciativas tinham como objetivo central a proteção dessa região ímpar para o Brasil:

Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a [...] proteção da área. Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento. (Geisel, 1978, p. 291)

Em dezembro de 1966, o governo federal realizou a I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), considerada o marco inaugural da “Operação Amazônia” ou Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Embora a Spvea tivesse sido criticada por ineficiência e corrupção, os formuladores da nova política inspiraram-se em sua estrutura e também nas experiências exitosas da “Operação Nordeste”, idealizada por Celso Furtado em 1958, para conceber uma estratégia de desenvolvimento regional centrada na integração produtiva e no incentivo ao capital privado.

A Operação Amazônia foi formalizada pela Lei nº 5.173, de 1966, vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor) e ao Ministério do Interior (Minter). Seu propósito fundamental era reformular e priorizar programas de ocupação e desenvolvimento, fortalecendo o controle estatal e atraindo investimentos privados para a região (Sudam, 1966, Anexo, p. 1-2). Nesse contexto, foram criadas instituições-chave como o Banco da Amazônia S.A. (BASA), o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A essas medidas somou-se a criação da Zona Franca de Manaus, administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que oferecia generosos incentivos fiscais a empresas consideradas estratégicas (Trevisan, 2024, p. 11).

A lógica de interiorização e desenvolvimento regional estendeu-se para além da Amazônia com a criação, em 1967, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), ampliando o modelo de agências regionais de fomento. Como observam Monteiro Neto *et al.* (2016, p. 9), essas instituições concentraram grande poder político e econômico, sustentando uma retórica de integração nacional que definia regiões como a Amazônia e o Centro-Oeste como “vazias” ou “pouco habitadas”, apagando, assim, a presença e a agência histórica de populações indígenas e comunidades tradicionais (Sudeco, 1970, p. 267), como visto no trecho a seguir:

O outro lado da Nação, o Centro-Oeste e a Amazônia, 8% de nossa população em 64% de nossa área territorial, tem problemas completamente diversos. O da Amazônia se caracteriza pela ausência quase total de população e é área de conquista e ocupação.

Região a ser conquistada e mobilizada, representa sério desafio. Não podemos, e nenhuma Nação pode, manter áreas vazias, não mobilizadas num processo de produção, ante o problema crescente de aumento da população no mundo.

No fim deste século, essa população terá dobrado e na mesma intensidade não cresce a capacidade de produção de alimentos. (Sudeco, 1970, p. 267)

Em paralelo às ações institucionais e às políticas de ocupação territorial, o regime militar empenhou-se na construção de uma retórica nacionalista voltada à legitimação de seu projeto desenvolvimentista. *Slogans* estrategicamente elaborados e amplamente difundidos, como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Integrar para não entregar”, veiculados por meio de campanhas oficiais e materiais de propaganda (Figuras 8 e 9), consolidavam junto à sociedade um discurso ufanista que exaltava o patriotismo e a necessidade de apropriação econômica dos recursos nacionais. Essas narrativas, ao reforçarem o ideário nacionalista característico do período, procuravam naturalizar a noção de que caberia ao Estado, sob a condução das Forças Armadas, e à população brasileira zelar pelos chamados “territórios estratégicos”, especialmente a Amazônia, concebida simultaneamente como fronteira de soberania e campo de defesa contra potenciais ameaças e interesses internacionais.

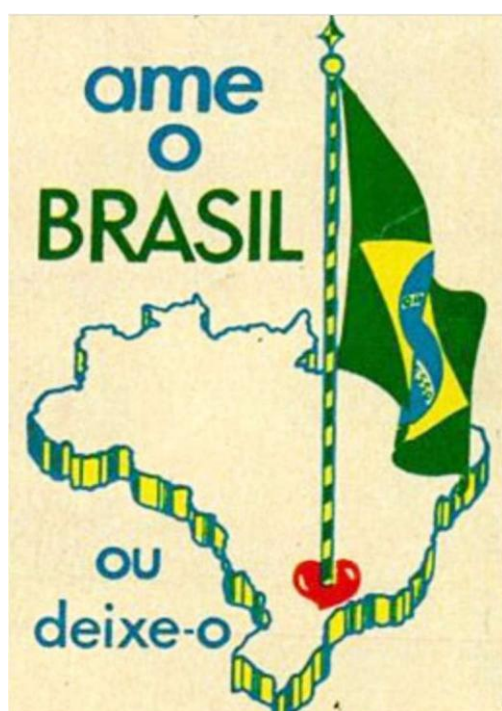


Figura 08: Propaganda veiculada durante o governo Médici. Fonte:

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/19.139/7>

314



Figura 09: Propaganda veiculada pelo Minter e BASA S.A. Fonte: Revista Realidade.

O discurso estatal vinculado ao projeto desenvolvimentista de interiorização do território brasileiro trazia em seu cerne uma dimensão simultaneamente utópica e autoritária, conforme analisa Carlos Fico (2025) em *Utopia Autoritária Brasileira*. Ao examinar o regime militar, o autor propõe o conceito de “utopia autoritária” para designar o ideário de Estado que almejava edificar um futuro grandioso para a nação, mas cuja concretização dependeria da imposição de um regime de força, disciplinamento social e exclusão política. Nessa perspectiva, os *slogans* oficiais do período funcionavam como instrumentos privilegiados de propaganda dessa utopia autoritária, difundindo um imaginário nacional estruturado por oposições binárias: “nós contra eles”, “patriotas contra inimigos externos”, “nação contra a ameaça comunista”. Ao prometerem a redenção e o progresso do país sob a égide do desenvolvimento (a utopia), tais narrativas

legitimavam, de forma sutil e eficaz, a necessidade de submissão da sociedade civil ao projeto militar (o autoritarismo), convertendo a ideologia do progresso em mecanismo de controle e coesão política.

A partir desta artimanha, dando prosseguimento à política de interiorização e integração territorial, o Estado brasileiro intensificou, ao longo da década de 1970, a implementação de programas voltados ao crescimento das regiões consideradas estratégicas, com especial atenção à criação de polos de desenvolvimento e à fundação de novas cidades. Nesse contexto, foram concebidos o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), instrumentos fundamentais da política econômica e territorial do regime militar. O II PND, lançado em 1974, incorporou em sua estrutura o debate emergente sobre as questões ambientais, embora o tenha feito a partir de uma perspectiva fortemente marcada pela lógica desenvolvimentista. Na seção intitulada “Poluição Industrial e Preservação do Meio Ambiente”, inserida no capítulo “Desenvolvimento Urbano, Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente”, o documento registra:

Não é válida qualquer colocação que limite o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de sociedade industrializada, sob pretexto de conter o avanço da poluição mundialmente. Em verdade, o maior ônus do esforço a ser realizado deve recair sobre as nações industrializadas, que respondem, fundamentalmente, pelo atual estágio de poluição, no mundo, e que só mais ou menos recentemente passaram a adotar medidas efetivas de proteção do meio ambiente. (Brasil, 1974, p. 92)

Esse excerto explicita, de forma paradigmática, a orientação ideológica do governo brasileiro naquele momento histórico. Ao posicionar-se contrariamente a qualquer limitação que pudesse frear o processo de industrialização nacional, o Estado justificava a interiorização e a exploração econômica da Amazônia como etapas necessárias à concretização de um projeto de modernização e de ascensão à condição de sociedade industrializada. A retórica oficial, ao transferir às nações desenvolvidas a responsabilidade maior pela degradação ambiental, legitimava políticas de ocupação territorial que desconsideravam as especificidades ecológicas e socioculturais da floresta. Assim, o discurso da modernização tecnológica e científica servia para mascarar práticas predatórias e processos de apropriação intensiva dos recursos naturais amazônicos.

Nesse contexto, experiências como a Cidade Científica de Humboldt tornam-se exemplares das contradições centrais do período: concebida sob a égide de uma racionalidade científica e planejadora, a iniciativa concretizava, em última instância, o paradigma desenvolvimentista que subordinava o território à lógica da integração produtiva e da expansão econômica. A Amazônia, assim, foi convertida em um espaço de experimentação técnica e de dominação simbólica, reafirmando a concepção de território-palimpsesto proposta por Corboz (2001) – uma superfície continuamente reinscrita por sucessivos projetos de poder e pelas camadas históricas de ocupação, na qual a paisagem se transforma simultaneamente em produto, instrumento de controle e expressão de uma utopia autoritária. Nesse quadro, a narrativa oficial que envolvia a Cidade Científica funcionava, em última análise, como uma “pele de cordeiro”: revestindo de racionalidade e progresso científico aquilo que, em essência, constituía um projeto de exploração e afirmação hegemônica sobre o território amazônico.

Narrativa midiática: a Cidade Científica segundo os meios de comunicação

O discurso midiático sobre a temática Amazônia, no regime militar, seguia, de certo modo, o discurso político-autoritário, estando carregado de preconceitos e simplificações. Assim como nas

narrativas oficiais, as narrativas midiáticas frequentemente representavam o território como um vazio demográfico ou como uma fronteira hostil a ser conquistada: como “aqui vencemos a floresta” e “para unir os brasileiros, nós rasgamos o inferno verde” (Figura 10), uma visão que reforçava a lógica de dominação e exploração. Essa narrativa contrastava com os ideais que fundamentaram o projeto da Cidade Científica de Humboldt, concebido de forma paralela a esses discursos.



Figura 10: Recortes de propagandas veiculadas em revistas de grande circulação na Ditadura Militar.
Fonte: Acervo Ricardo Cardim e Hemeroteca Nacional.

Às margens daquilo que Borba (1974, p. 73) descreveu como a “maior queda d’água de toda a Amazônia”, ainda ausente dos registros oficiais e dos mapas geográficos nacionais, foi implantada a Cidade Científica de Humboldt. A reportagem “Amazônia do ano 2000”, publicada pela *Revista Manchete* em 1974, apresentava o projeto sob um tom de otimismo e expectativa em relação a um novo futuro para a região, ressaltando o caráter pioneiro da iniciativa. O subtítulo da matéria reforçava esse imaginário desenvolvimentista e utópico ao afirmar que “em plena selva, a 2.300 quilômetros em linha reta do Rio [de Janeiro], um grupo de pioneiros está construindo o protótipo de uma cidade do futuro” (Borba, 1974, p. 68). Humboldt era, portanto, não apenas um empreendimento urbano inovador, mas também um símbolo de modernização nacional e de afirmação do poder estatal sobre um território de difícil acesso, alcançado apenas por via aérea.

A inauguração simbólica da cidade, marcada pelo lançamento de sua pedra fundamental em 1973, recebeu ampla cobertura da mídia nacional (Bertholini, 2020, p. 133) (Figura 11), sendo apresentada como “uma resposta concreta do Brasil às preocupações externas manifestadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente [1972], em Estocolmo” (Jornal do Brasil, 1973, s/p). Nessa perspectiva, o governo buscava projetar internacionalmente uma imagem de ocupação racional e ambientalmente responsável, ainda que o conceito de “sustentabilidade” permanecesse incipiente no vocabulário técnico e político do período. A cidade, voltada à pesquisa e ao estudo ambiental, simbolizava uma tentativa de conciliar as exigências de desenvolvimento com preocupações ecológicas, evidenciando as tensões entre o discurso ambiental internacional e a lógica desenvolvimentista do regime militar brasileiro.

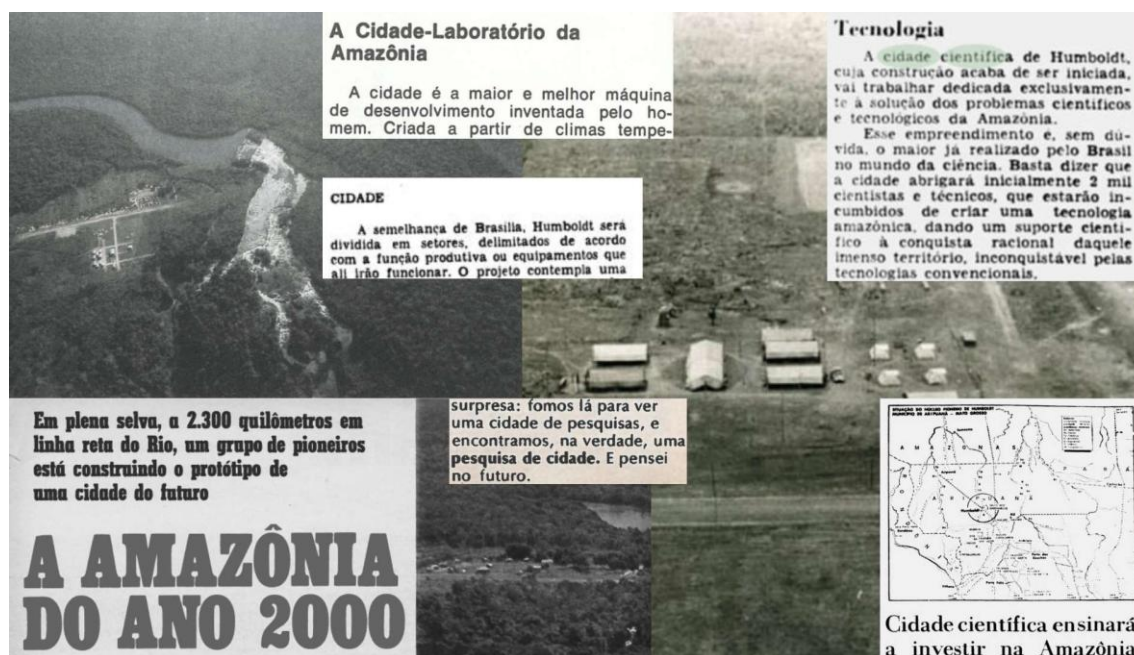


Figura 11: Colagem com recortes de matérias em jornais e revistas da década de 1970 acerca da Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Autoria própria - colagem feita com matérias retiradas dos Acervos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e Biblioteca da Câmara dos Deputados Federal (Brasília).

O exame de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, referente ao período de 1970 a 1979, revela apenas 33 menções ao termo “sustentabilidade”, todas empregadas em sentido econômico, vinculadas à gestão de crises, controle de taxas e contenção inflacionária. Tal ausência de uma dimensão ambiental reflete o contexto político-econômico da época e o fato de que o conceito contemporâneo de sustentabilidade ter sido consolidado apenas após a Conferência de Estocolmo (1972), cujo lema “Uma só Terra” inaugurou o debate internacional sobre as relações entre sociedade e meio ambiente (Garcia; Pruner, 2015, p. 59). Na década seguinte, a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) pela ONU, em 1983, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, culminaria na elaboração do Relatório Brundtland, pactuando o conceito de desenvolvimento sustentável (Garcia; Pruner, 2015, p. 62).

A implementação da Cidade Científica de Humboldt exigiu significativa articulação entre diferentes instâncias governamentais e interesses estratégicos, conforme evidenciam reportagens da época. Para o professor Pedro Paulo Lomba, idealizador do projeto, a proposta de construir uma cidade científica na selva parecia uma “loucura”, como relatou a *Revista Manchete* (1974, p. 70):

Quando, afinal, o governo de Mato Grosso voltou suas atenções para a região, não encontrou mais que 120 pessoas - quase todas nativas e sem nenhum conhecimento do mundo exterior. Por isso, talvez, o grito pioneiro de Pedro Paulo Lomba tenha soado como loucura. E é ele quem lembra uma entrevista com o ministro do Planejamento, em Brasília, quando expôs suas ideias de um projeto de estudos e pesquisas para a região. Ao voltar para casa, disse para sua mulher - atriz de televisão: "Samanta, eles estão mais loucos do que eu. Acreditaram em mim e o governo federal vai dar toda força ao projeto. Vamos construir uma cidade na selva!" Foi assim que surgiu o Projeto Aripuanã,

subordinado à Universidade Federal de Mato Grosso e ao Ministério do Planejamento. Pouco depois das reuniões em Brasília, os primeiros Buffalos da FAB decolavam rumo a Aripuanã. Missão: transportar homens e equipamentos para a construção de Humboldt, a primeira cidade planejada da Amazônia. (Borba, 1974, p. 70)

A reportagem detalha a mobilização de recursos e transporte de equipamentos via aeronaves Buffalos da Força Aérea Brasileira, evidenciando o esforço estatal para viabilizar a construção de Humboldt – erroneamente classificada como a primeira cidade nova da Amazônia (Trevisan, 2020).³

As imagens e matérias jornalísticas da época constituem hoje registros históricos e visuais de grande relevância, funcionando como evidências materiais da história e da cultura material do período (Burke, 2004, p. 29). Em 1973, o projeto era celebrado como inovador, denominado “a Brasília da ciência” (Bertholini, 1973, p. 239), e considerado “a melhor máquina de desenvolvimento inventada pelo homem” (Planejamento & Desenvolvimento, 1974, p. 42). Entretanto, sua precariedade estrutural e desafios operacionais levaram ao abandono precoce do empreendimento.

Por se tratar de uma iniciativa com alto investimento público e falta efetiva de interesse do governo pelo lado científico, seu esvaziamento e o arruinamento de suas poucas edificações foram noticiados com destaque. Já em 1975, jornais relatavam o abandono da Cidade, como na matéria “A Cidade Científica perdida no meio da mata” (Gaspar, 1975, s/p), do *O Estado de São Paulo* (Figura 12), e na reportagem de Borba (1975, p. 6), para o *Jornal Opinião*, referindo-se ao projeto como “vencido pelos interesses estrangeiros e por grupos empenhados na devastação das florestas”.



Figura 12: Matéria sobre o fracasso da Cidade Científica de Humboldt, revelando a falta de investimento público no desenvolvimento da ciência e do meio ambiente. Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 25 de julho de 1975 (Hemeroteca digital brasileira, Biblioteca Nacional).

³ Podemos citar aqui algumas cidades que foram anteriormente à Cidade Científica de Humboldt intencionalmente fundadas e projetualmente elaboradas por profissionais no bioma amazônico, como Fordlândia (1920), Belterra (1934), Boa Vista (1944), Serra do Navio (1955), Paragominas (1966) etc.

A análise das representações midiáticas sobre a Amazônia durante o regime militar revela, portanto, o entrelaçamento entre o discurso político e o imaginário nacional, ambos orientados por uma retórica de conquista, integração e controle territorial. A Cidade Científica de Humboldt, nesse contexto, emerge como símbolo das ambivalências desse projeto: apresentada pela imprensa como emblema de modernidade e racionalidade científica, constituiu-se, na prática, como expressão de um mesmo paradigma desenvolvimentista que via a floresta sobretudo como fronteira econômica a ser dominada. Neste sentido, João Moreira Salles em *Arrabalde* (2022) observa que “é mais provável que o modo como escolhemos ocupar a floresta tenha determinado essa ausência de representação. Exercemos uma espécie de colonialismo indiferente, ocupamos sem querer conhecer. É mais fácil destruir o que não está investido de curiosidade ou afeto” (Salles, 2022, p. 78). Sob essa perspectiva, a experiência de Humboldt pode ser compreendida como um raro, ainda que efêmero, ensaio de ruptura com a tradição de ocupação predatória da Amazônia, propondo uma forma de presença que, em seu ideal, pretendia transformar o ato de ocupar em gesto de investigação, e o território, em objeto de conhecimento.

A narrativa de inovação e progresso que cercou Humboldt, amplamente reproduzida nos periódicos da década de 1970, evidencia como a mídia atuou como mediadora e legitimadora da utopia autoritária do regime, transformando o empreendimento em vitrine de um país em marcha rumo à modernização. Contudo, o rápido abandono da cidade e o silêncio subsequente que se abateu sobre sua ruína revelam a fragilidade dessa promessa de ciência e civilização na selva. Ao converter-se em vestígio de uma modernidade inconclusa, Humboldt tornou-se metáfora do próprio projeto desenvolvimentista brasileiro: grandioso em sua ambição simbólica, mas incapaz de sustentar, material e eticamente, o equilíbrio entre conhecimento, poder e território.

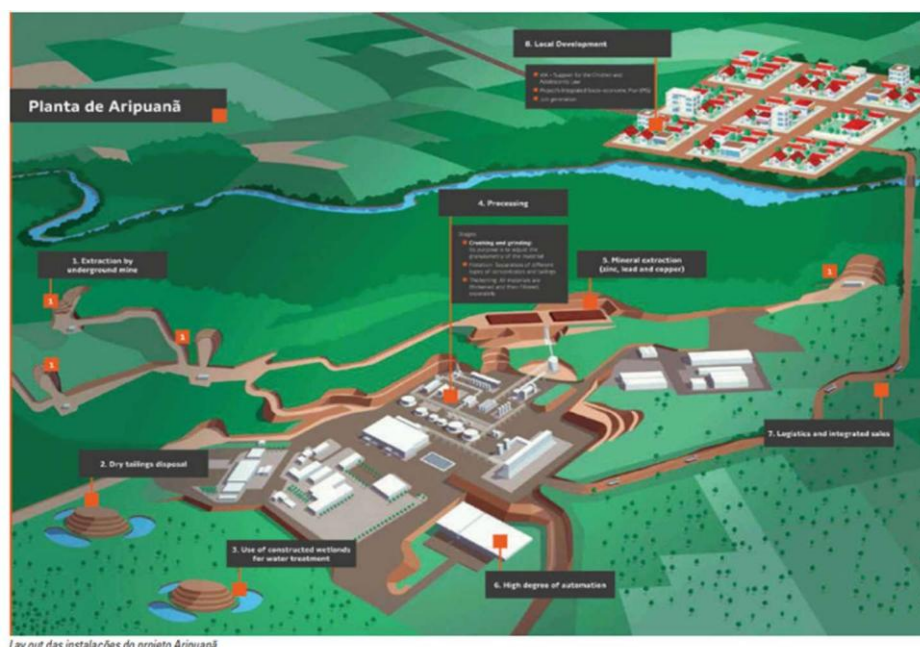
Narrativa histórica: a Cidade Científica e as ruínas do desenvolvimento amazônico

No texto *Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva*, Bertha Becker (1991, p. 48) observa que “historicamente, a posse e o controle do território sustentaram a construção do Estado e é este que passa a produzir o seu próprio espaço, social e político, racional e técnico, instrumentalizando o território”. Essa reflexão ilumina o contexto histórico em que se inscreve a experiência da Cidade Científica de Humboldt, concebida no interior das políticas de interiorização e integração nacional promovidas durante a Ditadura Militar brasileira. Nesse período, o Estado empenhou-se em consolidar sua presença nas regiões Centro-Oeste e Norte, sobretudo na Amazônia Legal, mediante estratégias de ocupação e de incorporação territorial. A fundação de novas cidades, entre elas Humboldt, constituiu-se como mais uma tentativa de domínio estatal sobre o espaço, convertendo o território em instrumento político, técnico e simbólico de controle e de legitimação do poder. Assim, o projeto de Humboldt integra o movimento histórico de produção do espaço pelo Estado, em que a urbanização atuava simultaneamente como ferramenta de afirmação territorial e como expressão material da utopia desenvolvimentista.

A edificação remanescente da antiga cidade, retratada no início deste trabalho, localiza-se no atual município de Aripuanã, no norte do estado de Mato Grosso. Em 2016, uma vistoria técnica realizada pela Secretaria Estadual de Cultura avaliou a possibilidade de seu tombamento como patrimônio histórico. De acordo com matéria publicada naquele ano no sítio eletrônico da Prefeitura de Aripuanã, servidores da Secretaria estiveram no local com o objetivo de iniciar o processo de reconhecimento da chamada “Casa Humboldt” como bem cultural do estado. Durante a inspeção, o historiador e servidor público Luciwaldo Ávila destacou a urgência da preservação da estrutura: “Ficamos impressionados com a necessidade de salvaguardar esse bem, que está em franco processo de deterioração por causa do tempo” (Aripuanã, 2016). Contudo, conforme

informações mais recentes obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, o processo de tombamento foi interrompido sob a alegação de que a construção se encontrava em estágio avançado de deterioração. Ainda assim, estudos estariam sendo conduzidos para avaliar a viabilidade de restauração ou, alternativamente, a criação de uma réplica que preserve sua memória.

A antropóloga Anna Tsing, em *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno* (2019), propõe uma reflexão instigante acerca do destino dos espaços de floresta degradados pela ação humana e posteriormente convertidos em ruínas. Ao questionar “o que crescia naquelas ruínas?” (Tsing, 2019, p. 154), a autora sugere que o abandono não implica estagnação, mas a emergência de novos ecossistemas e relações multiespécies. No caso de Humboldt, contudo, as ruínas não deram lugar ao renascimento da floresta, mas à expansão da fronteira econômica: no mesmo território floresceram a própria cidade de Aripuanã, a Usina Hidrelétrica de Dardanelos e atividades extrativistas e agropecuárias de larga escala, como a extração de madeira, a mineração e o cultivo da soja. A manchete da *Revista Brasil Mineral* (2019) é ilustrativa desse processo (Figura 13).



Para a Nexa, Aripuanã será modelo de mineração sustentável

Francisco Alves

Figura 13: Reportagem sobre “mineração sustentável” em Aripuanã. Fonte: Revista Brasil Mineral, 2019, p. 8.

Essa transformação da paisagem amazônica, do projeto científico ao enclave industrial, confirma a advertência de Celso Furtado em *O mito do desenvolvimento econômico*, segundo a qual “a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (2024, p. 28). A trajetória de Humboldt materializa esse dilema: aquilo que foi concebido como um espaço de experimentação científica converteu-se em mais um território submetido às dinâmicas do capital e da exploração. Tal percurso suscita uma questão

persistente: seria possível reconciliar sustentabilidade e atividades extrativistas de alto impacto ambiental?

A ruína de Humboldt, portanto, transcende a dimensão material de suas edificações ou o fracasso de uma utopia científica. Ela estende-se aos próprios ideais de planejamento territorial e à invisibilização dos povos originários e tradicionais que historicamente habitaram e coexistiram com a floresta (indígenas, ribeirinhos e comunidades locais), cujas presenças foram silenciadas pelo avanço dos projetos desenvolvimentistas. O arruinamento da cidade é apenas uma das faces de um processo mais amplo de degradação ambiental, social e cultural, no qual tanto a floresta quanto seus habitantes foram convertidos em obstáculos ao progresso. Como observa Leonardi (2013, p. 21) em *Historiadores e os rios – Natureza e ruína na Amazônia brasileira*,

[...] o arruinamento tem múltiplas origens e diferentes faces, ou formas, que variaram enormemente, no passado das diversas povoações arruinadas, mas todas essas formas singulares situam-se no polo oposto daquilo que a historiografia regional mais tradicional chamava, às vezes de maneira ufanista, de ‘progresso’ ou de efeito ‘civilizador’, ao se referir à ação dos colonizadores sobre os índios, os caboclos ribeirinhos e a floresta. (Leonardi, 2013, p. 21)

Sob essa perspectiva, a ruína de Humboldt simboliza mais do que o esgotamento de um projeto urbano: ela expressa a persistência de um paradigma histórico que, em nome do desenvolvimento, continua a produzir ausências de memórias, de culturas e da própria floresta. A cidade que nasceu como promessa de modernidade científica ressurgue, hoje, como vestígio de uma modernidade inconclusa, cuja herança material e simbólica nos obriga a repensar as relações entre conhecimento, poder e natureza na história da Amazônia brasileira.

Imaginar que a modesta casa de madeira (Figura 14) sobrevivente entre as árvores possa representar o vestígio de um ambicioso projeto político – que mobilizou múltiplos atores, instituições e ideologias em torno da pretensão de redefinir o destino da Amazônia – parece, à primeira vista, matéria de ficção. Contudo, esse remanescente material guarda em si o destino da própria Cidade Científica de Humboldt: uma cidade que não resistiu ao tempo, às disputas de poder e ao esquecimento institucional. Sua deterioração física expressa, de forma contundente, o apagamento gradual de uma história marcada por ambições de modernização, pela retórica incipiente da sustentabilidade e pelas contradições inerentes ao desenvolvimentismo autoritário do período da Ditadura Militar brasileira.



Figura 14: Desenho da Casa Humboldt em meio às árvores. Fonte: Autoria própria.

Entre as árvores que hoje encobrem suas ruínas, subsiste uma história quase silenciosa, preservada apenas na memória de alguns e em registros fragmentados dispersos por arquivos e acervos. Ao deslocar o olhar dessa casa isolada e confrontá-la com as múltiplas camadas de sua historicidade, atravessando documentos, imagens e testemunhos da época, torna-se possível (re)construir uma narrativa sobre Humboldt que ultrapassa a materialidade do lugar, desvelando os sentidos simbólicos e políticos de sua existência efêmera.

Desse modo, a casa de madeira não é apenas o que restou de Humboldt, mas um artefato de memória e um signo das utopias esquecidas que moldaram o projeto de urbanização amazônica no século XX. Mais que ruína, ela se converte em alegoria da relação ambígua entre progresso e destruição, entre ciência e poder, entre memória e esquecimento – uma relação que continua a definir o modo como o território amazônico é pensado, ocupado e narrado.

Considerações finais

A Cidade Científica de Humboldt deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de estratégias de ordenamento territorial e de modernização autoritária implementadas durante a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período, o Estado brasileiro assumiu um papel central na transformação do espaço nacional, promovendo políticas de interiorização e de integração da Amazônia ao território econômico do país. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), lançados entre 1972 e 1979, consolidaram um discurso de progresso técnico e expansão produtiva, baseado na construção de grandes infraestruturas (rodovias, portos, usinas hidrelétricas, polos agropecuários e cidades novas) destinadas a articular a região amazônica ao mercado global.

Nesse contexto, a Amazônia foi simultaneamente representada como fronteira de desenvolvimento e como vazio demográfico, imagens que legitimaram políticas de ocupação intensiva e exploração de seus recursos. Como observa Celso Furtado (1978), a retórica do crescimento ilimitado, sustentada pelo paradigma do desenvolvimento, encobria a perpetuação de um modelo econômico dependente e concentrador, no qual o capital estrangeiro desempenhava papel central. A chamada Utopia Autoritária brasileira conciliava o discurso nacionalista de soberania com práticas de subordinação ao capital internacional, exemplificadas pela presença de empresas estrangeiras em megaprojetos agropecuários, como a Fazenda Volkswagen, implantada no Pará em 1973.

A criação da Cidade Científica de Humboldt, no âmbito do Projeto Aripuanã-Humboldt e do Programa Polamazônia, insere-se nesse contexto de tensões políticas, econômicas e científicas. Seu objetivo declarado: estabelecer um centro de pesquisa dedicado ao estudo de formas sustentáveis de ocupação e uso racional dos recursos amazônicos, representava uma tentativa de conciliar o impulso colonizador com um discurso de modernidade científica e ambiental. Essa retórica respondia também a pressões internacionais emergentes, como as discussões sobre os limites do crescimento, a criação do Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO, em 1971, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972. Humboldt foi, assim, projetada como símbolo de uma conciliação entre desenvolvimento e conservação; conciliação que se revelaria ilusória diante da exploração mineral e madeireira que avançava sobre a região.

A conjuntura geopolítica da Guerra Fria reforçou essa ambiguidade. O Brasil, como potência regional e aliado estratégico dos Estados Unidos, buscava afirmar sua soberania sobre a Amazônia em meio a temores de “internacionalização” da floresta, ao mesmo tempo em que dependia de

financiamentos externos para viabilizar seus grandes projetos de infraestrutura. Essa tensão entre autonomia e dependência, entre discurso e prática, constitui um elemento central para compreender o breve ciclo de vida da Cidade Científica e sua posterior ruína.

Do ponto de vista simbólico, Humboldt materializa o imaginário desenvolvimentista do período: a crença de que a ciência, a técnica e a racionalidade planejadora poderiam domesticar a natureza tropical e transformá-la em ativo econômico. Esse discurso modernizador se refletia em representações gráficas e midiáticas que apresentavam a Amazônia como espaço de futuro, uma “terra sem história” à espera de incorporação à nação. É precisamente essa dimensão discursiva que permite a leitura do território amazônico como um palimpsesto: um espaço no qual sucessivas inscrições (coloniais, militares, científicas e econômicas) se sobrepõem, sem que as anteriores sejam completamente apagadas. A ruína de Humboldt, nesse sentido, evidencia uma dessas camadas: o registro material de uma utopia estatal que, ao fracassar, revelou o próprio mecanismo de destruição que a sustentava.

De maneira crítica, Anna Tsing (2019) sugere que o fracasso é constitutivo do capitalismo – um sistema que produz incessantemente suas próprias ruínas e, nelas, gera novos modos de vida e resistência. Humboldt, agora extinta, funciona como um laboratório para refletir sobre o Capitaloceno, período marcado pela expansão das lógicas do capital e pela erosão das fronteiras entre o humano e o não humano. Ao analisar suas ruínas, este estudo reconhece nelas não apenas vestígios de um passado autoritário, mas também possibilidades de reinscrever narrativas históricas que assumem caráter interpretativo e político, longe da pretensão de neutralidade.

Compreender Humboldt é, portanto, compreender um processo de longa duração: a sobreposição de projetos de conquista, modernização e dominação que moldaram o imaginário da Amazônia no século XX. A análise de seus vestígios ilumina as relações entre urbanismo, ideologia e natureza, questionando a persistência das mesmas lógicas desenvolvimentistas que, sob novas roupagens, continuam a tensionar o futuro da floresta e a memória das utopias que moldaram o território brasileiro.

Referências

ALVES, Francisco. Para a Nexa, Aripuanã será modelo de mineração sustentável. **Revista Brasil Mineral**, p. 8, 2019.

ARIPUANÃ (Município). PREFEITURA MUNICIPAL. **Servidores da Secretaria Estadual de Cultura vistoriam Casa Humboldt em Aripuanã**. Prefeitura Municipal de Aripuanã, Aripuanã, MT, 2 maio 2016. Disponível em: <https://www.aripuana.mt.gov.br/imprensa/noticia/n-a/432>. Acesso em: 20 out. 2025.

BECKER, Berta Koiffmann. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 31, pp. 47-56, 1991.

BECKER, Berta Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n.12, pp. 135-159, 2001.

BERTHOLINI DE CASTRO, José Amilcar. **A galinha chocou o ovo da águia: o Projeto Aripuanã na criação da Universidade Federal de Mato Grosso (1970-1980)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2020.

BORBA, Marco Aurélio. A Amazônia do ano 2000. **Revista Manchete**, n. 1.147, pp. 68-77 13 abr. 1974.



BORBA, Marco Aurélio. A verdadeira história de Humboldt. **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro: Inubia, Semanal. Formato tabloide, p. 6, set. 1975.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Institui o Programa de Integração Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 17 jun. 1970.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CORBOZ, André. **Le territoire comme palimpseste [1983]**. In: *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Ed. de l'Imprimeur, pp. 209-229, 2001.

FICO, Carlos. **Utopia autoritária brasileira**: Como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. Rio de Janeiro: Crítica, 2025.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

GARCIA, Marcos Leite; PRUNER, Dirajaia Esse. **O caminho para o conceito de sustentabilidade**. In: *Anais do III Encontro de Internacionalização do CONPEDI*. Madrid, pp. 54-75, 2015.

GASPAR, Oscar Ramos. A Cidade Científica perdida no meio da mata. **Jornal O Estado de São Paulo**. s/p, 25 de julho de 1975.

GEISEL, Ernesto. **Discursos**, v. V, 1978. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979.

IBGE. **A Cidade-laboratório de Humboldt - notas preliminares mas razoavelmente definitivas**. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 77- 82, nov./dez. de 1973.

Jornal do Brasil. Núcleo Pioneiro da Cidade Científica de Humboldt sai este ano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. Edição 00278, 25 jan. 1973.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Historiadores e os rios - Natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: EdUnB, 2013.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (Minter). **Programas Especiais de Desenvolvimento Regional na Amazônia e Centro-Oeste**. Brasília: Minter, 1980.

MONTEIRO NETO, Aristides *et al.* Desenvolvimento regional no Brasil: realidade atual e perspectivas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, Ipea, n. 15, pp. 9-17, jul.-dez. 2016.

MORTIMER, Junia Caimbra; COSTA, Eduardo Augusto. Corpo vivo, arquivo vivo. O arquivo como questão historiográfica na arquitetura e no urbanismo. In: TREVISAN, Ricardo; PESCATORI, Carolina Candido da Silva *et al.* (orgs.). **Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: UnB, pp. 145-167, 2025.

PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO. **Aripuanã**. v.2, n.15, pp. 25-44, set.1974.

SALLES, João Moreira. **Arrabalde: em busca da Amazônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (Sudam). **Operação Amazônia**



– **Relatório Ministerial**. Belém: Sudam / Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor), 1966.

SUDECO. Informação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) - Nordesteiros ocupam vales úmidos do centro-oeste. **Revista Realidade**, São Paulo, n. 52, pp. 266-267. 1970.

TREVISAN, Ricardo. Urbanização territorial: Estado e Economia na Amazônia Brasileira e em Portugal dos anos 1970. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, Brasil, v. 10, n. 2, pp. 1-26, 2024.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília: EdUnB, 2020.

TSING, Anna. **Viver nas Ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: EDUSP, 1992.

